



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Publicado no D. O. E. n.º 31 194

de 20/06/08, à pg 03

do 8 caderno

RESOLUÇÃO n.º 8.989/2008/TCM/PA

**Dispõe sobre o recebimento,
pelo Tribunal, de defesas,
recursos e outros documentos.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, **no uso das atribuições constitucionais** que lhe são conferidas, bem como, **no exercício do poder regulamentar** de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos artigos 27, da Lei Complementar n.º 25, de 05 de agosto de 1994, e art. 55, III, alínea "c", do Ato n.º 09, de 09 de fevereiro de 1995, e **considerando ainda a premente necessidade da criação** de métodos e instrumentos de agilização nas ações da fiscalização a cargo do controle externo que lhe cabe, inclusive no que tange ao protocolo de documentos e à instrução processual,

RESOLVE:

Art. 1º – Nos termos do art. 68, §§ 1º, 2º e 3º do Regimento Interno deste Tribunal, nenhum documento será recebido em sua sede ou Inspetorias Regionais, senão mediante protocolo, ocasião em que será fornecido o respectivo recibo, inclusive com o número do processo ao qual o documento se refere, quando for o caso.

Art. 2º – Na apresentação de defesa ou interposição de recurso, o interessado obrigatoriamente encaminhará em anexo, conforme a hipótese, cópia da citação, cópia do Diário Oficial ou outro

RP



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

documento por meio do qual tomou conhecimento da decisão; nos demais casos, cópia do expediente que o intimou ou notificou a prestar informações ou remeter documentos.

Art. 3º – Os documentos relacionados no art. 30 da Lei Complementar n.º 25/94, somente serão recebidos no Tribunal dentro do prazo estabelecido nesse artigo.

Parágrafo Único – Os contratos, inclusive de admissão de servidores temporários, convênios e termos aditivos, atos de aposentadoria e pensão, para serem recebidos, devem também atender as orientações contidas nas Instruções Normativas n.ºs 004 e 005, de 04 de setembro de 2003, publicadas no Diário Oficial do Estado n.º 30.027, de 11 de setembro de 2003.

Art. 4.º – Ao setor de Protocolo e Inspetorias Regionais, fica atribuído o encargo de aferir a tempestividade dos atos processuais, negando recebimento se excedido o prazo legal, regimental, ou aquele assinalado no ato que determinou o cumprimento de providência.

Art. 5º – Excepcionalmente, será concedida prorrogação de prazo, quando fundamentada em fato decorrente de caso fortuito ou força maior, e, em qualquer hipótese, mediante petição submetida ao Auditor que preside a instrução.

Art. 6.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 10 de abril de 2008.


Conselheiro **RONALDO PASSARINHO**
Presidente